

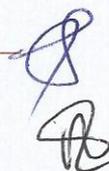


Centro Social Cultural e Recreativo

Arvoreense

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2016



Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	8
Anexo	9
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	9
3. Principais Políticas Contabilísticas	9
3.1. Bases de Apresentação.....	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	11
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	16
5. Ativos Fixos Tangíveis	16
6. Custos de Empréstimos Obtidos.....	18
7. Inventários	18
8. Rédito.....	19
9. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	19
10. Imposto sobre o Rendimento	19
11. Benefícios dos empregados.....	19
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	20
13. Outras Informações	20
13.1. Investimentos Financeiros.....	20
13.2. Créditos a receber.....	20
13.3. Diferimentos	21
13.4. Caixa e Depósitos Bancários	21
13.5. Fundos Patrimoniais	21
13.6. Fornecedores	21
13.7. Estado e Outros Entes Públicos	22
13.8. Outros passivos correntes	22
13.9. Subsídios, doações e legados à exploração	22
13.10. Fornecimentos e serviços externos	22
13.11. Outros rendimentos.....	23
13.12. Outros gastos	23

13.13. Resultados Financeiros	23
13.14. Acontecimentos após data de Balanço	24





Balanço

Unidade monetária: Euro (Arrend: Cêntimo ou Euro)

RUBRICAS	Notas	Período	
		31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	151	769
Bens do património histórico e cultural	5	316	316
Investimentos financeiros	13,1	165	-
		632	1.085
Ativo corrente			
Inventários	7	786	792
Créditos a receber	13,3 e 13,6	19.009	5.310
Estado e outros entes públicos	13,10	-	77
Diferimentos	13,5	1.674	1.044
Outros ativos correntes	13,6	609	19.027
Caixa e depósitos bancários	13,7	3.284	12.628
		25.361	38.878
Total do ativo		25.994	39.964
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	13,8	10.532	10.532
Resultados transitados		-48.894	-13.439
Resultado líquido do período		12.442	-18.009
Total dos fundos patrimoniais		-25.920	-20.917
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		-	-
		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	13,9	2.370	1.003
Estado e outros entes públicos	13,10	6.793	4.950
Financiamentos obtidos	13,7	-	1.500
Outros passivos correntes	13,1	42.750	53.428
		51.913	60.880
Total do passivo		51.913	60.880
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		25.994	39.964

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Unidade monetária: Euro (Arrend: Cêntimo ou Euro)

Rubricas de rendimentos e gastos	Notas	Período	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	8	191.061	191.041
Subsídios, doações e legados à exploração	9 e 13,13	306.782	276.028
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	-45.014	-44.139
Fornecimentos e serviços externos	13,14	-86.097	-83.769
Gastos com o pessoal	11	-372.939	-361.537
Outros rendimentos	13,15	20.966	7.878
Outros gastos	13,16	-1.665	-1.052
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		13.094	-15.550
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-618	-2.383
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12.476	-17.933
Juros e rendimentos similares obtidos		-	612
Juros e gastos similares suportados		-34	-689
Resultado antes de impostos		12.442	-18.009
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		12.442	-18.009

Mesa Administrativa

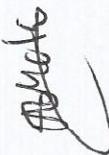
Contabilista Certificado

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Resultado líquido do período
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	1								
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									
Excedentes de realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2								
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3								
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Outras operações									
POSICÃO NO FIM DO ANO 2011	5								
	6=1+2+3+4								

Braga, 1 de Março 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



Centro Social Cultural e Recreativo Arvoreense
Rua do Loureiro, nº 100, 4480-119 Anvore
NIF: 500 697 361



DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores de entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transferidos	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e Intangíveis												
Excedentes de realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e Intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8											
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSICÃO NO FIM DO ANO 2012	6+7+8+10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Braga, 1 de Março 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O PRESIDENTE.../PROVEDOR/CONSELHO...

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Unidade monetária: Euro (Arrend: Cêntimo ou Euro)

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2016	31-12-2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos dos utentes	228.619	220.593
Pagamentos de subsídios	-	-
Pagamento de apoios	-	-
Pagamentos de bolsas	-	-
Pagamentos a fornecedores	(141.312)	(133.871)
Pagamentos ao pessoal	(250.840)	(56.500)
Caixa gerada pelas operações	(163.532)	30.222
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(1.763)	1.327
Outros recebimentos/pagamentos	154.413	(29.980)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(10.882)	1.570
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-	-
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros Ativos	12	-
	12	-
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	-	-
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros Ativos	-	-
Subsídios ao investimento	-	-
Juros e rendimentos similares	-	-
	-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	12	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	-
Realização de fundos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-
Juros e gastos similares	-	-
Redução de fundos	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-	-
Varição de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	(10.870)	1.570
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	12.628	17.203
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.284	12.628

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Social, Cultural e Recreativo Arvoreense é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), com sede na Rua do Loureiro, nº 100, 4480-119 Arvore, conselho de Vila do Conde. Tem como atividade de cuidados para crianças, sem alojamento, e ainda outras atividades de apoio social, sem alojamento.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir

consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas

contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” referem-se a bens utilizados na prestação de serviços ou no uso administrativo e encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	5 a 20
Edifícios e outras construções	5 a 20
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento de transporte	3 a 7
Equipamento biológico	3 a 7
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	1 a 4

Os gastos com depreciações são reconhecidos na Demonstração de Resultados por Naturezas, na rubrica de Gastos com Depreciações e Amortizações.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

A Instituição é possuidora de “Bens do património histórico e cultural”, nomeadamente a biblioteca.

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.4. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao custo de aquisição.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes desta rubrica, que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber e outros activos correntes

Os “Créditos a receber” e as “Outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros



Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas, estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), condicionada à observância continuada dos requisitos mencionados no n.º 3 do referido artigo.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade possui “Bens do património histórico, artístico e cultural”, mas não se encontram valorizados e contabilizados por se desconhecer o seu justo valor

Bens do património histórico, artístico e cultural

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016 mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
Custo					
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
316,44	-	-	-	-	316,44
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-

-	-	-	-	-	-
316,44	-	-	-	-	316,44

Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo					
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
316,44	-	-	-	-	316,44
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
316,44	-	-	-	-	316,44

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015				Total
	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Quantia escriturada bruta					
Saldo em 01.01.2015	23.056	142.043	154.345	26.421	345.865
Adições	-	-	-	-	-
Revalorizações	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2015	23.056	142.043	154.345	26.421	345.865
Depreciações acumuladas					
Saldo em 01.01.2015	21.823	140.923	153.231	26.421	342.399
Adições	543	1.120	720	-	2.383
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2015	22.366	142.043	153.951	26.421	344.781
Quantia escriturada	690	-	395	(0)	1.084

2016					
Descrição	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta					
Saldo em 01.01.2016	23.056	142.043	154.345	26.421	345.865
Adições	-	-	-	-	-
Revalorizações	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2016	23.056	142.043	154.345	26.421	345.865
Depreciações acumuladas					
Saldo em 01.01.2016	22.366	142.043	153.951	26.421	344.781
Adições	498	-	119	-	618
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2016	22.864	142.043	154.070	26.421	345.399
Quantia escriturada	192	-	275	(0)	467

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Classificação das rubricas de inventários	Períodos	
	31-12-2016	31-12-2015
Mercadorias	-	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	786,25	791,92
	<u>786,25</u>	<u>791,92</u>
Total	786,25	791,92

Descrição	2016		2015	
	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	791,92	791,92	1.031,50	1.031,50
Compras	45.008,27	45.008,27	43.899,11	43.899,11
Inventário final	786,25	786,25	791,92	791,92
Custo das mercadorias vnd e mat consumidas	45.013,94	45.013,94	44.138,69	44.138,69

De referir que os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se referem a Géneros Alimentares.

8. Rédito

Para os períodos de 2015 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RUBRICAS	31-12-2016	31-12-2015
Prestação de Serviços		
Quotas dos Utilizadores	168.495,18	190.040,77
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	22.565,63	
Rédito	191.060,81	190.040,77

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “*Subsídios do Governo*” e “*Apoios do Governo*”:

Rubricas	31-12-2016	31-12-2015
ISS,IP	263.128,25	236.736,45
Autarquias	42.502,50	29.205,25
Outros Subsídios	1.150,91	10.086,48
Totais	306.781,66	276.028,18

10. Imposto sobre o Rendimento

As atividades desenvolvidas durante os anos de 2015 e 2016, não foram passíveis de tributação sobre o rendimento.

11. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2015 e 2016, foram 5.

Os órgãos diretivos usufruem as seguintes remunerações:

Presidente; subsídio de alimentação 89,67 e Ajudas de Custo 69,19.

Os restantes órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de “29” e em 31/12/2016 foi de “31”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2016	31-12-2015
Remunerações dos órgãos sociais	1.344,26	2.103,90
Remuneração do pessoal	303.713,97	292.681,93
Encargos sobre remunerações	62.995,58	61.642,18
Seguros	2.635,68	2.836,81
Outros gastos com pessoal	2.249,20	2.272,07
Total	372.938,69	361.536,89

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição dos investimentos financeiros	31-12-2016
Fundo de compensação de trabalho (ao justo valor)	164,65
Total	164,65

13.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2015 e 2016 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte for:

Créditos a receber	31-12-2016			31-12-2015		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Utentes		18.450,03			5.310,25	
Total ativo	-	18.450,03	18.450,03	-	5.310,25	5.310,25

13.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Diferimentos	Períodos	
	31-12-2016	31-12-2015
Ativos:		
Seguros pagos antecipadamente	516	1.044
Rendas Antecipadas	1.158	-
Total	1.674	1.044

13.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Caixa e depósitos bancários	Períodos	
	31-12-2016	31-12-2015
Caixa	251	437
Depósitos à ordem	3.033	10.191
Depósitos a prazo	-	2.000
Total de caixa e depósitos bancários	3.284	12.628

13.5. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Outras variações nos fundos patrimoniais	31.12.2016	31.12.2015
Fundos	10.531,77	10.531,77
Resultados Transitados	45.893,51	13.439,29
Total dos aumentos do período	56.425,28	13.439,29

13.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:



Rubricas	31-12-2016	31-12-2015
Fornecedores c/c	2.305,09	1.002,90
Fornecedores - títulos a pagar		
Faturas em receção e conferência		
Totais	2.305,09	1.002,90

13.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos	31-12-2016			31-12-2015		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Ativo:						
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas						
Outros						
Total ativo	-	-	-	-	-	-
Passivo:						
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		2.994,50			2.196,98	
Contribuições para a segurança social		3.779,13			2.675,73	
Comparticipações para o FCT e FGCT		19,81				
Outros						
Total do passivo	-	6.793,44	-	-	4.872,71	-

13.8. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2016			31-12-2015	
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente
Pessoal		212,93	212,93		5.151,24
credores por acrescimo de gastos		41.978,42	41.978,42		29.240,00
Outros credores					
Total ativo	-	42.191,35	42.191,35	-	34.400,00

13.9. Subsídios, doações e legados à exploração

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

13.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016, foi a seguinte:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2016	31-12-2015
Subcontratos	0,00	0,00
Trabalhos especializados	38.711,52	30.287,58
Material de escritório	5.704,87	5.134,32
Energia	19.524,31	24.147,61
Deslocações e estadas	4.713,66	2.972,79
Outros	17.442,30	21.226,17
Total	86.096,66	83.768,47

13.11. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2016	31-12-2015
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,03	-
Ganhos em inventários	48,55	1.866,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	9.500,00	-
Outros	11.417,21	6.019,43
Total	20.965,79	7.885,43

13.12. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2016	31-12-2015
Impostos	108,96	0,78
Outros	1.556,28	1.059,43
Total	1.665,24	1.060,21

13.13. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2016	31-12-2015
Juros obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	812,20
Total	-	812,20
RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2016	31-12-2015
Juros suportados	34,06	888,64
Outros gastos de financiamento	-	-
Outros	-	-
Total	34,06	888,64
Resultados financeiros	-34	-76

13.14. Acontecimentos após data de Balanço

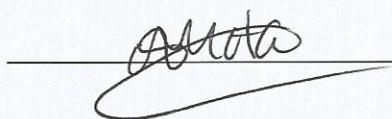
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela assembleia Geral em 31 de Março de 2017.

Arvore, 31 de Março de 2017

A Contabilista Certificada.



O Conselho de Administrativo/Administração

